



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH

POLÍCIA
MILITAR

feam
FUNDO DE AMPLIAÇÃO
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

INSTITUTO MINERO
DE RECURSOS HÍDRICOS

1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 25028

Folha
1/2

2. AGENDAS: 01 [X] FEAM 02 [] IEF 03 [] IGAM Hora: 11:00 Dia: 14 Mês: agosto Ano: 2019

3. Motivação: [] Denúncia [] Ministério Público [] Poder Judiciário [] Operações Especiais do CGFAI [] SUPRAM [] COPAM/CRH [X] Rotina

4. Finalidade
FEAM: [] Condicionantes [] Licenciamento [] AAF [] Emergência Ambiental [] Acompanhamento de projeto [X] Outros
IEF: [] Fauna [] Pesca [] DAIA [] Reserva Legal [] DCC [] APP [] Danos em áreas protegidas [] Outros
IGAM: [] Outorga [] Outros

5. Identificação
01. Atividade: Abate de animais de pequeno porte (aves, coelhos, rãs, etc.). 02. Código: D-01-02-3 03. Classe 5 04. Porte M
05. Processo nº. 2798/2015/3/2015 06. Órgão: 07. [] Não possui processo
08. [] Nome do Fiscalizado Agro Alimentos Ferreira Ltda. 09. [] CPF 10. [X] CNPJ 03.161.617/0002-68
11. RG: 12. CNH-UF: 13. [] RGP [] Tit. Eleitoral
14. Placa do veículo – UF: 15. RENAVAM: 16. Nº e tipo do documento ambiental
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica) Agro Alimentos Ferreira Ltda. 18. Inscrição Estadual - UF
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rodovia BR 262 20. Nº. / KM KM 410 21. Complemento
22. Bairro/Logradouro: Zona Rural 23. Município: Igaratinga 24. UF: MG
25. CEP: 35.965-000 26. Cx Postal 27. Fone: 28. E-mail

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc. Rodovia BR 262
02. Nº. / KM 03. Complemento 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: Zona Rural
05. Município Igaratinga 06. CEP 35.965-000 07. Fone
08. Referência do local
09. Coord. Geográficas DATUM [X] SAD 69 [] Córrego Alegre Latitude Grau Minuto Segundo Longitude Grau Minuto Segundo
Planas UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

07 01. Assinatura do Agente Fiscalizador 02. Assinatura do Fiscalizado



8. Relatório Sucinto

No intuito de verificar o atendimento dos empreendimentos declarantes à deliberação normativa conjunta COPAM / CERH número 01 de 2008, que estabelece em seu artigo 39 que o responsável por fontes potencial ou efetivamente poluidoras das águas deve apresentar ao órgão ambiental competente, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora referente ao ano civil anterior, foi realizada consulta às declarações de carga poluidora, recebidas (via e-mail) para os anos base de 2017 e 2018, tendo sido constatado o descumprimento por parte deste empreendimento com relação à frequência de envio determinada pelo COPAM na deliberação supracitada. Além disso, foi constatada a não entrega da declaração de carga poluidora nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome Legível) Djeanne Campos Leão	MASP 1080413-6	Assinatura <i>Djeanne Campos Leão</i>
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome Legível)	MASP	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome Legível)	MASP	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado [Nome Legível]	Função/Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: nº 218347 / 2019

Lavrado em Substituição ao AI nº:

Vinculado ao: ☒ Auto de Fiscalização nº 21028 de 14/08/2019
☐ Boletim de Ocorrência nº: de / /

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☒ SIM ☐ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:

☒ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SUPRAM ☐ SUFIS ☐ PMMG ☐ SUPRI

Local: Belo Horizonte

Dia: 27 / agosto / 2019 Hora: 09:50

4. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento: Agro Alimentos Ferreira Ltda

Data Nascimento:

Nome da Mãe:

☐ CPF: ☒ CNPJ: 03.161.671/0002-68

☐ Outros:

Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência)

Nº. / km:

Complemento:

Bairro/Logradouro:

Município:

UF:

CEP: 35.965-000

Cx Postal:

Fone: ()

E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI nº:

Nome do 2º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI nº:

6. Descrição Infração

01- Descumprimento do artigo 39 da Lei nº 9.605/98 e Resolução COPAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2018 ano base 2017

7. Coordenadas/ local da Infração

Geográficas:

DATUM:

☐ WGS ☐ SIRGAS 2000

Latitude:

Grau

Min

Seg

Longitude:

Grau

Min

Seg

Planas: UTM

FUSO 22 23 24

X=

Y=

(6 dígitos)

(7 dígitos)

Local:

8. Embasamento legal

Artigo

Anexo

Código

Inciso

Alínea

Decreto/ano

Lei / ano

Resolução

DN

Port. Nº

Órgão

112

I

112

-

-

47383/18772/00

-

-

-

-

-

9. Atenuantes /Agravantes

Atenuantes

Agravantes

Nº

Artigo/Parág.

Inciso

Alínea

Redução

Nº

Artigo/Parág.

Inciso

Alínea

Aumento

10. Reincidência

☐ Genérica

☐ Específica

☐ Não foi possível verificar

☒ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração

Porte/Classe

Penalidade

Valor

☐ Acréscimo ☐ Redução

Valor Total

gabarito M

☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária

4250,00

ERP:

Kg de pescado:

Valor ERP por Kg:

Total:

40.423,50

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: ()

Valor total das multas: ()

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de ()

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações



13. Depositário

Nome Completo:

☐ CPF:

☐ CNPJ:

☐ RG:

Endereço: Rua, Avenida, etc.

Nº / km:

Bairro / Logradouro:

Município:

UF:

CEP:

Fone:

Assinatura:

14. O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAI/FEAM, NO SEGUINTE ENDEREÇO: Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - 1º andar - BH - MG

15. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível)

MASP:

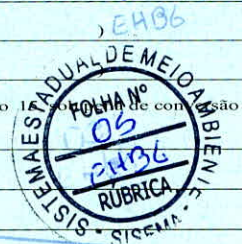
Assinatura do servidor:

02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)

Função/Vínculo com Autuado:

Assinatura do Autuado/Representante Legal

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 210347/2019															
Local: Belo Horizonte - Minas Gerais		Dia: 27		Mês: agosto		Ano: 2019		Hora: 09:50							
1. Descrição Infração		02 - Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta CORAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração cargo poluidora 2009 ano base 2008													
2. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg.		Longitude: Grau Min. Seg.							
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X=		(6 dígitos)		Y=		(7 dígitos)			
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão			
		03	I	116	-	-	4484/08	17/2/00	-	-	-	-			
4. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes								
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento				
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica													
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade				Valor		<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total			
		02	gratuita	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				R\$ 22.458,91							
		ERP:		Kg de pescado:		Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$							
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:													
		Valor total das multas: R\$:													
7. Demais penalidades/Recomendações/Observações		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:													
8. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:		<input type="checkbox"/> CNPJ:		<input type="checkbox"/> RG:			
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:		Bairro / Logradouro:		Município:			
		UF:		CEP:		Fone:		Assinatura:							
9. Descrição Infração		03 - Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta CORAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração cargo poluidora 2009 ano base 2008													
10. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg.		Longitude: Grau Min. Seg.							
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X=		(6 dígitos)		Y=		(7 dígitos)			
11. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão			
		03	I	116	-	-	4484/08	17/2/00	-	-	-	-			
12. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes								
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento				
13. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica													
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade				Valor		<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total			
		03	gratuita	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				R\$ 22.063,79							
		ERP:		Kg de pescado:		Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$							
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:													
		Valor total das multas: R\$:													
15. Demais penalidades/Recomendações/Observações		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:													
16. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:		<input type="checkbox"/> CNPJ:		<input type="checkbox"/> RG:			
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:		Bairro / Logradouro:		Município:			
		UF:		CEP:		Fone:		Assinatura:							
17. Assinaturas		01. Servidor: (Nome Legível)						MASP:		Assinatura do servidor:					
		Dyannne Campos Leão						1080413-6		Dyannne Campos Leão					
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)						Função/Vínculo com Autuado:		Assinatura do Autuado/Representante Legal:					



Local: <u>Belo Horizonte - Minas Gerais</u>		Dia: <u>27</u>		Mês: <u>agosto</u>		Ano: <u>2019</u>		Hora: <u>09:50</u>			
1. Descrição Infração		04 - Descumprimento do artigo 39 da Lei de Pesca - Minas Gerais, com o Decreto Estadual nº 01/2008 pela não entrega da declaração cargo solicitado em 2011 até base 2010									
2. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:			
		<input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		<input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Grau Min. Seg.		Grau Min. Seg.			
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)		Y= (7 dígitos)			
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução		
		03	I	116	-	-	44844/08-772/po	-	-		
4. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes				
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica									
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total	
		04	11	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			R\$ 24.074,71				
		ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		24.074,71	
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:									
		Valor total das multas: R\$:									
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:									
7. Demais penalidades/Recomendações/Observações											
8. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:		<input type="checkbox"/> CNPJ:	<input type="checkbox"/> RG:
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:		Bairro / Logradouro:	Município:
		UF:		CEP:		Fone:		Assinatura:			
9. Descrição Infração		05 - Descumprimento do artigo 39 da Lei de Pesca - Minas Gerais, com o Decreto Estadual nº 01/2008 pela não entrega da declaração cargo solicitado em 2012 até base 2011									
10. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:			
		<input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		<input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Grau Min. Seg.		Grau Min. Seg.			
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)		Y= (7 dígitos)			
11. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução		
		03	I	116	-	-	44844/08-772/po	-	-		
12. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes				
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento
13. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica									
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total	
		05	11	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			R\$ 25.701,95				
		ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		25.701,95	
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:									
		Valor total das multas: R\$:									
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:									
15. Demais penalidades/Recomendações/Observações											
16. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:		<input type="checkbox"/> CNPJ:	<input type="checkbox"/> RG:
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:		Bairro / Logradouro:	Município:
		UF:		CEP:		Fone:		Assinatura:			
17. Assinaturas		01. Servidor: (Nome Legível)						MAASP:		Assinatura do servidor:	
		Dyanne Campos Leão						1080413-6		Dyanne Campos Leão	
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)						Função/Vínculo com Autuado:		Assinatura do Autuado/Representante Legal:	

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 218314 /20 19													
Local: Belo Horizonte - Minas Gerais		Dia: 27		Mês: agosto		Ano: 2019		Hora: 09:50					
1. Descrição da Infração		05 - Descumprimento do artigo 39 da Lei de Pesca repositiva, com multa CPM/CEMA nº 01/2008 pela não entrega da declaração carga pesqueira 2013 auto base 2019											
2. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:					
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X=		Y=					
3. Embasamento legal		Artigo		Anexo		Código		Inciso		Alinea		Decreto/ano	
		83		I		116		-		-		4184/08 772/80	
4. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes						
		Nº		Artigo/Parág.		Inciso		Alinea		Redução		Nº	
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica											
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração		Porte		Penalidade		Valor		<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total	
		05 - Descumprimento		M		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária		R\$ 27.609,81					
		ERP:		Kg de pescado:		Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$		17.609,81			
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:											
		Valor total das multas: R\$:											
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:											
7. Demais penalidades/Recomendações/Observações													
8. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:		<input type="checkbox"/> CNPJ:		<input type="checkbox"/> RG:	
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:		Bairro / Logradouro:		Município:	
		UF:		CEP:		Fone:		Assinatura:					
9. Descrição da Infração		07 - Descumprimento do artigo 39 da Lei de Pesca repositiva, com multa CPM/CEMA nº 01/2008 pela não entrega da declaração carga pesqueira 2014 auto base 2013											
10. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:					
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X=		Y=					
11. Embasamento legal		Artigo		Anexo		Código		Inciso		Alinea		Decreto/ano	
		83		I		116		-		-		4184/08 772/80	
12. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes						
		Nº		Artigo/Parág.		Inciso		Alinea		Redução		Nº	
13. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica											
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração		Porte		Penalidade		Valor		<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total	
		07 - Descumprimento		M		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária		R\$ 29.117,45					
		ERP:		Kg de pescado:		Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$		29.117,45			
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:											
		Valor total das multas: R\$:											
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:											
15. Demais penalidades/Recomendações/Observações													
16. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:		<input type="checkbox"/> CNPJ:		<input type="checkbox"/> RG:	
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:		Bairro / Logradouro:		Município:	
		UF:		CEP:		Fone:		Assinatura:					
17. Assinaturas		01. Servidor: (Nome Legível)						MAASP:		Assinatura do servidor:			
		Lyanne Campos Leão						1080413-6		Lyanne Campos Leão			
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)						Função/Vínculo com Autuado:		Assinatura do Autuado/Representante Legal:			





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Núcleo de Auto de Infração

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2023.

PROCESSO CAP Nº 680617/2019

REFERÊNCIA: DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 218347/2019

AUTUADO: AGRO ALIMENTOS FERREIRA LTDA

ANÁLISE Nº 220/2023

1) RELATÓRIO

A empresa Agro Alimentos Ferreira Ltda foi incurso no Decreto nº 47.383/2018 foi autuada com fundamento no art. 112, anexo I, código 112 pelo:

- Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa COPAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2018 ano base 2017.

E com fundamento do Artigo 83, Anexo I, Código 116, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, pelo cometimento das seguintes infrações:

- Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa COPAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2009, ano base 2008;
- Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa COPAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2010, ano base 2009;
- Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa COPAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2011, ano base 2010;
- Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa COPAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2012, ano base 2011;
- Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa COPAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2013, ano base 2012.
- Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa COPAM/CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2014, ano base 2013.

A autuada recebeu o Auto de Fiscalização nº 25028/2019 e Auto de Infração nº 218347/2019, por meio do OFÍCIO. Nº 50/2019/GEDEF/DGQA/FEAM em 16/09/2019. A defesa administrativa e os documentos

foram apresentados tempestivamente, em 29/09/2019, às fls. 11/96, razão pela qual passa-se a análise do mérito.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Da análise dos autos, verifica-se que do ponto de vista jurídico, não foram apresentados motivos nem provas suficientes para descaracterizar ou anular o Auto de Infração em análise.

Contudo, este Núcleo de Auto de Infração informa que incidirá sobre o auto o disposto no Parecer da AGE nº 16.519/2022, que referencia a Nota Jurídica PRO FEAM nº 50/2021 e a Nota Jurídica AGE nº 6.007/2022, para que seja marcado o início da fluência do prazo decadencial com a ciência do órgão ambiental da infração e, ainda, para que sejam consideradas como infrações continuadas ou permanentes as praticadas pelo autuado, de tal modo que apenas subsistirá a infração que lhe foi imputada, prevista no artigo 112, Código 112, do Anexo I, do Decreto nº 47.383/2018, cuja penalidade é de multa simples, no valor de R\$ 40.423,50 (quarenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Isso, por que se trata de uma infração cometida de forma continuada. Deverá, pois, ser imposta multa singular pela prática de múltiplas infrações de igual natureza, pelo mesmo infrator, que tenham sido apuradas em única ação fiscalizatória.

Assim, opinamos pela manutenção do auto de infração em relação apenas a infração pelo descumprimento do art. 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2018, ano base 2017, com multa aplicada no valor de R\$ 40.423,50 (quarenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

III) CONCLUSÃO

Ante o exposto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM e opinamos que sejam canceladas as infrações pela não entrega das DCP's dos anos 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, sendo, portanto, mantida apenas a infração pela não entrega da declaração de carga poluidora 2018 (ano base 2017), com multa aplicada no valor de R\$ 40.423,50 (quarenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), com fulcro no art. 112, I, código 112, do Decreto 47.383/2018 e Parecer da AGE nº 16.519/2022.

À consideração superior.

Fernanda Alcântara Ribeiro
Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Alcântara Ribeiro Marinho, Servidor(a) Público(a)**, em 30/10/2023, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **76046419** e o código CRC **E06F0B4C**.

Referência: Processo nº 2090.01.0000817/2022-31

SEI nº 76046419



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Núcleo de Auto de Infração

Decisão FEAM/NAI nº. -/2023

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2023.

PROCESSO CAP Nº 680617/2019

REFERÊNCIA: DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 218347/2019

AUTUADO: AGRO ALIMENTOS FERREIRA LTDA

DECISÃO

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C §1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980 e da análise jurídica, **decide cancelar** as infrações pela não entrega das DCP's dos anos 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e **manter** a infração pela não entrega da declaração de carga poluidora 2018, ano base 2017, com multa no valor de **R\$ 40.423,50 (quarenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)**, com fulcro no art. 112, anexo I, código 112, do Decreto nº 47.383/2018 e Parecer da AGE nº 16.519/2022.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso ou efetuar pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado. Dê ciência ao interessado na forma da lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

RODRIGO FRANCO
PRESIDENTE DA FEAM



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Gonçalves Franco, Presidente(a)**, em 07/12/2023, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

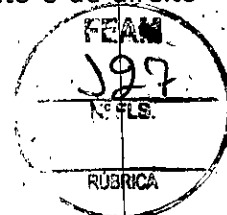


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **76050097** e o código CRC **894EC97F**.

- AO

NÚCLEO DE AUTOS DE INFRAÇÃO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - NAI/FEAM¹Recebido
05/07/24
✱**Auto de Infração nº: 218347/2019****Autuado:** Agro Alimentos Ferreira Ltda.**CNPJ:** 03.161.617/0002-68

AGRO ALIMENTOS FERREIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.161.617/0002-68, sediada na Rodovia BR 262, km 410, Zona Rural, Igaratinga/MG, CEP:35.965-000, vem, tempestivamente, por sua procuradora que esta subscreve, com fulcro no art. 66 do Decreto 47.383/2018, apresentar, **RECURSO** em virtude da Decisão proferida em 30/10/2023, que mantém parcialmente o **AUTO DE INFRAÇÃO Nº 218347/2019**, aduzindo, para tanto, os fundamentos de fato e de direito que abaixo passa a expor.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

A defesa foi apreciada pelo órgão e a decisão foi recebida pelo Autuado e este recebido em 27/05/2024. Considerando o prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 66 do Decreto 47.383/2018² e seguindo regra prescrita pelo *caput* e parágrafo terceiro do art. 59 da Lei 14.184/2002³, este se iniciou em 28/05/2024 e se esgota em 26/06/2024, o que revela a indubitável tempestividade da presente Defesa.

¹ Unidade indicada no campo 14 do Auto de Infração nº 218347/2019, em atendimento ao art. 72, *caput*, do Decreto 47.383/2018:

Art. 72 - O protocolo de quaisquer documentos atinentes aos processos de fiscalização ambiental deverá ocorrer junto à unidade indicada no auto de infração ou em outro meio de comunicação oficial, sendo admitido o protocolo através de postagem pelo Correio, com aviso de recebimento.

² Art. 66 - O recurso deverá ser apresentado no prazo de trinta dias, contados da cientificação da decisão referente à defesa administrativa, independentemente de depósito ou caução, e deverá conter os seguintes requisitos:

(...)

³ Art. 59 - Os prazos começam a correr a partir do dia da ciência oficial do interessado, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

(...)

§ 3º - Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

II - DO RECOLHIMENTO INTEGRAL DA TAXA DE EXPEDIENTE PREVISTA NO ITEM 7.30 DA TABELA A, A QUE SE REFERE O ART. 92 DA LEI Nº 6.763, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1975

Uma das inovações trazidas pelo Decreto Estadual nº 47.383/2018, nos termos do art. 60, foi a exigência do recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, para que a defesa apresentada fosse conhecida. Vejamos:

Art. 60 – A defesa não será conhecida quando interposta:
(...)

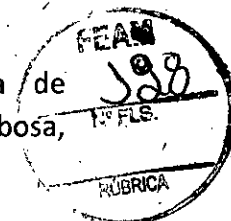
V – sem o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, quando o crédito estadual não tributário for igual ou superior a 1.661- Ufemgs.

Todavia, referida imposição mostra-se como grave afronta à SÚMULA VINCULANTE Nº 21, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que assim dispõe:

É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

De acordo com o STF, em decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.976, cujo relator foi ilustríssimo Ministro Joaquim Barbosa, temos:

(...) A exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens e direitos como condição de admissibilidade de recurso administrativo **constitui obstáculo sério (e intransponível, para consideráveis parcelas da população) ao exercício do direito de petição (CF, art. 5º, XXXIV), além de caracterizar ofensa ao princípio do contraditório (CF, art. 5º, LV).** A exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens e direitos pode converter-se, na prática, em determinadas situações, em supressão do direito de recorrer, constituindo-se, assim, em nítida violação ao princípio da proporcionalidade. Ação direta julgada procedente para **declarar a inconstitucionalidade do art. 32 da MP 1699-41** - posteriormente convertida na Lei 70.235/72." (ADI 1976, Relator Ministro Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, 28.3.2007, DJ de 18.5.2007) (grifos nossos)



(19)

O legislador mineiro, claramente, exacerbou de suas funções impondo ao Poder Executivo o dever de cobrar algo, sabidamente, contrário à nossa Lei Maior. Evidentemente que não deve prosperar a cobrança de tal Taxa de Expediente e, se cobrada for, os valores recolhidos indevidamente devem ser devolvidos ao administrado lesado.

De todo modo, no presente caso, apresenta-se o comprovante de pagamento da taxa cobrada (**Anexo 1**), inconstitucionalmente, frise-se, requerendo-se que a presente defesa seja conhecida nos termos da legislação vigente.

Na oportunidade, por ser legítimo, fica requerida a devolução do valor quitado, constatado a cobrança totalmente indevida, em respeito ao art. 5.º, XXXIV, "a", da CF/88, que assim dispõe:

Art. 5º

(...)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. (grifos nossos)

III – DOS FATOS

A empresa foi autuada em 27/08/2019, pelo órgão ambiental, pelo descumprimento de entrega de Declaração de Carga Poluidora em 7 (sete) exercícios consecutivos, sendo-lhe imputada a penalidade de multa simples no valor total de R\$ 191.454,12 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos) pelo descumprimento do art. 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH 01/2008.

A decisão ora vergastada cancela as infrações referentes aos anos de 2009 a 2014 e mantém a de 2018 que se refere ao ano base 2017 pelo fato de essa autuação não ter sido alcançada pela decadência.

Contudo, a empresa apresentou no ato da Defesa a comprovação de entrega da DCP de 2018, ano base 2017. O que não fora apreciado na Análise nº 220/2023 que sustenta a Decisão, que se encontra às fls. 122 dos autos.

Os demais argumentos apresentados pela Defesa, também não foram apreciados, sendo a análise resumida em uma única frase:

Da análise dos autos, verifica-se que do ponto de vista jurídico, não foram apresentados motivos nem provas suficientes para descaracterizar ou anular o Auto de Infração em análise.



Já a Decisão se limita a motivar apenas o cancelamento das infrações relacionadas às DCP dos anos de 2009 a 2014, sem adentrar em qualquer outro argumento:

DECISÃO

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C §1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980 e da análise jurídica, **decide cancelar as infrações pela não entrega das DCP's dos anos 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e manter a infração pela não entrega da declaração de carga poluidora 2018, ano base 2017, com multa no valor de R\$ 40.423,50 (quarenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), com fulcro no art. 112, anexo I, código 112, do Decreto nº 47.383/2018 e Parecer da AGE nº 16.519/2022.**

Imagem 1: Destaque da Decisão constante às fls. 124 dos autos.

Portanto, nota-se que a decisão não apresenta motivação suficiente para manutenção, ainda que parcial, do Auto de Infração especialmente porque não debruçou-se pelos pontos da Defesa, em especial, a referência ao Anexo 5, que apresenta a entrega da DCP 2018/2017.

Por estas razões, entende-se que a Decisão deve ser revista, para anular o Auto de Infração lavrado, ante a inexistência de conduta irregular a ser sancionada.

Além disso, algumas questões de direito e o recomendável bom senso deixaram de ser observados na lavratura do Auto, como será apresentado a seguir.

IV – DO DIREITO

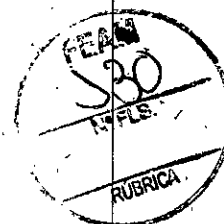
IV.1 – PRELIMINARES

A Defesa apresenta erro de forma existentes na Defesa, como a rasura existente no campo destinado ao valor da multa, campo 6 da infração de número “2” (folha de continuação).

A Defesa também argumentou sobre a descon sideração de circunstâncias atenuantes a serem aplicadas ao caso e que poderiam reduzir a multa em até 50% (cinquenta por cento) do valor mínimo da faixa correspondente.

Foi levantada dúvida em relação ao valor da multa aplicada, ante a inexistência de memória de cálculo que especifique o seu valor, fato também não apreciado pela autoridade decisória.

Portanto, nota-se que o auto de infração em comento descumpriu regras contidas no art. 56 do Decreto 47.383/2018, que se relacionam aos requisitos formais



da autuação cuja inobservância pode trazer prejuízo grave ao contraditório e à ampla defesa da Autuada.

O apontamento dos vícios não fora considerado na Decisão que ora se discute, o que faz perpetrar o vício insanável existente no documento, demandando sua revisão para que o Auto seja prontamente anulado e afastadas as penalidades dele decorrentes.

IV.2 – DO MÉRITO

Conforme já dito, em sede de mérito a empresa apresentou a comprovação de entrega de todas as DCP reputadas como não entregues.

Essa avaliação ficou prejudicada para aquelas Declarações referentes aos anos de 2009 a 2014, já que a instância decisória entendeu que estas seriam alcançadas pela decadência.

Contudo, a entrega da DCP referente ao exercício de 2018, ano base 2017, cuja autuação fora mantida, também foi entregue na data de 29/03/2018, conforme se depreende do documento acostado no Anexo 5 da Defesa, fls. 86 dos autos:

Pedro Bicalho

De: Pedro Bicalho <pedro.bicalho@engenho9.com.br>
Enviado em: quinta-feira, 29 de março de 2018 11:45
Para: DCP (dcp@meioambiente.mg.gov.br)
Assunto: Agro Alimentos Ferreira Ltda. - DCP 2018
Anexos: Agro Alimentos Ferreira, Infiltração no solo.xls

Prezados,

Encaminhamos em anexo a Declaração de Carga Poluidora do empreendimento Agro Alimentos Ferreira Ltda., relativa ao ano base de 2017.

Desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Pedro Alvarenga Bicalho
Engº Ambiental, Sanitarista e de Segurança do Trabalho

Engenho Nove Engenharia Ambiental
Av. Alaska, n.º 805 - Jardim Canadá
Nova Lima/MG - CEP: 34007-718
Tel: (31) 3254-6900
www.engenho9.com.br

Imagem 2: Destaque do documento anexado às fls. 86 dos autos.

Inicialmente cabe destacar que o prazo de entrega – 29/03/2018 – atende ao prazo estabelecido pelas autoridades ambientais. A época do envio da Declaração,

vigia a Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008⁴ que assim definia:

Art. 39. O responsável por fontes potencial ou efetivamente poluidoras das águas deve apresentar ao órgão ambiental competente, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior, subscrita pelo administrador principal da empresa e pelo responsável técnico devidamente habilitado, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.

Portanto, quanto à tempestividade, a Declaração fora indubitavelmente entregue dentro do prazo estabelecido.

Agora passa-se a avaliar a forma de entrega.

É sabido que todos os anos a FEAM editava manuais sobre a entrega Declarações de Carga Poluidora com orientações sobre o preenchimento e sobre o protocolo do documento junto ao órgão até então competente⁵.

Especificamente sobre a Declaração do ano de 2018, relativa ao exercício de 2017, a FEAM editou o Manual de Preenchimento da Declaração Anual de Carga Poluidora – Ano base 2017 (**Anexo 2**).

Referido Manual indica, às fls. 8:

feam

2 A Declaração

Inicialmente os dados de Declaração de Carga Poluidora – DCP eram recebidos pela Feam em arquivo impresso conforme anexo 1 da A DN COPAM/CERH 01/2008. Posteriormente, com a criação do Sisemanet, a declaração passou a ocorrer de forma online, tendo sua composição ao longo dos anos sofrido várias intervenções de melhoria. Em decorrência de problemas ocorridos nas declarações do ano base 2015, que levaram a inviabilização dos dados e de tais problemas não terem sido sanados, além da necessidade de implementar melhorias nas informações, foi definido que por hora a declaração será feita a partir do preenchimento de uma planilha Excel, que será disponibilizada nas páginas da DCP e dentro do Sisemanet durante o período declaratório a qual deverá ser enviada via e-mail para dcp@meioambiente.mg.gov.br dentro do prazo legal.

Imagem 3: Destaque da fl. 8 do Manual de Preenchimento da Declaração Anual de Carga Poluidora – Ano base 2017 (Anexo 2)

⁴ Atualmente a norma foi substituída pela DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 que manteve o mesmo prazo de entrega.

⁵ A partir do Decreto nº 47.866/2021, as atividades relativas à Declaração de Carga Poluidora (DCP), anteriormente atribuídas a FEAM, passam a ser de responsabilidade do IGAM.

Portanto, percebe-se a instrução do próprio órgão fiscalizador quanto à entrega da DCP do ano de 2017 que, em virtude de problemas ocorridos com o sistema que recebeu as declarações de anos anteriores, determinou que a Declaração deverá ser enviada via e-mail, indicando o endereço. Percebe-se ainda que o endereço utilizado pela empresa – destaque na Imagem 2 e documento na íntegra às fls. 86 dos autos – é o mesmo indicado no sobredito Manual.

Desta feita e por tudo que foi demonstrado no presente Recurso, a Decisão exarada pela autoridade às fls. 124 dos autos, amparada pela Análise 220/2023 que se encontra às fls. 122/123 dos autos não merece prosperar pois, desconsidera prova cabal e irrefutável de que a infração não fora cometida pela Recorrente.

V – DOS PEDIDOS

Face a todo o exposto, requer a Recorrente:

- I. Revisão da Decisão exarada pelo Presidente da FEAM para anulação do Auto de Infração nº 218347/2019 e das penalidades aplicadas em decorrência da lavratura, pelos vícios apontados nesta peça de Recurso e que não foram considerados;
- II. Revisão da Decisão exarada pelo Presidente da FEAM para anulação do Auto de Infração nº 218347/2019, pela inexistência da infração, já que comprovada a entrega tempestiva da DCP 2018/2017.
- III. *Ad argumentadum*, caso V. Sa. entenda pela manutenção da Decisão, requer a Recorrente a sua reforma para adequação do valor da multa à sua conduta com aplicação da circunstância atenuante não apreciada em sede de Defesa.
- IV. Na oportunidade, ainda requer a devolução da taxa de expediente, vez que sabidamente inconstitucional a sua cobrança.

A Autuada informa que **as correspondências referentes ao presente procedimento devem ser endereçadas, em seu nome no endereço: Rua Pedro Henrique Trindade da Silva, nº 06, Bairro Canadá, na cidade de Contagem/MG – CEP 32.015-330, sob pena de nulidade.**

Pede deferimento.



Belo Horizonte/MG, 26 de junho de 2024.


MARIA CLAUDIA PINTO
OAB/MG 88726

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025.

Formulário nº 25/FEAM/NAI - ANÁLISE

Processo Nº 2090.01.0000817/2022-31

Autuado: AGRO ALIMENTOS FERREIRA LTDA.

Processo nº 680617/2019

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 218347/2019.

ANÁLISE nº 27/2025

D) RELATÓRIO

A sociedade empresária Agro Alimentos Ferreira Ltda. foi autuada como incurso no art. 83, Anexo I, Código 116, do Decreto Estadual nº44.844/2008, pela prática das seguintes infrações:

DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2009, ANO BASE 2008.

DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2010, ANO BASE 2009.

DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2011, ANO BASE 2010.

DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2012, ANO BASE 2011.

DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2013, ANO BASE 2012.

DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO

E também no art. 112, Anexo I, Código 112 do Decreto nº 47.383/2018 por:

*Û DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO
NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA
DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 201, ANO BASE
2017.*

MULTA SIMPLES: R\$40.423,50

A autuada apresentou defesa tempestivamente e foi proferida decisão de manutenção somente da infração pela entrega incompleta da DCP de 2018, ano base 2017, com fundamento no artigo 112, Código 112, do Anexo I, do Decreto nº 47.383/2018 e nas disposições do Parecer AGE nº 16.519/2022 e das Notas Jurídicas PRO FEAM nº 50/2021 e AGE nº 6.007/2022.

Regularmente notificada da decisão em 29/05/2024, a Autuada aviou tempestivamente Recurso em 28/06/2024, por meio do qual alegou, em síntese, que:

- a cobrança da taxa de expediente seria inconstitucional, motivo pelo qual pleiteia a devolução do valor recolhido;
- o auto seria nulo por rasura no campo 6, infração 2, por descon sideração das atenuantes e por dúvida quanto ao valor da multa;
- entregou a DCP de 2018 em 29/03/2018, conforme e-mail juntado.

Requeru a nulidade do auto de infração por violação aos princípios acima enumerados e a conversão da multa em advertência, conforme art. 50, do Decreto nº 47.383/2018; seja reduzida a multa ao valor mínimo fixado; aplicada a notificação do artigo 50 e devolvida a taxa de expediente por inconstitucionalidade da cobrança.

É o relato do essencial.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Os fundamentos apresentados pela Recorrente não se prestam, no entanto, a descaracterizar a infração cometida.

II.1. DA TAXA DE EXPEDIENTE. INCONSTITUCIONALIDADE. DEVOLUÇÃO. PREVISÃO LEGAL. INDEFERIMENTO.

Alegou a Autuada que a cobrança da taxa de expediente seria inconstitucional e requereu a restituição do valor recolhido.

Razão não lhe assiste, pois a taxa de expediente foi estabelecida no artigo 92, da Lei nº 6.763/1975, item 7.30, da tabela A, e a ausência do seu recolhimento implica o não conhecimento da defesa e do recurso administrativo, consoante regulamentado pelo Decreto nº

47.383/2018 nos artigos 60, V e 68, VI.

Ressalvo, em relação à alegada inconstitucionalidade da taxa de expediente, que no âmbito do Executivo e no exercício da função administrativa, não nos cabe contestar ou apreciar a legalidade de dispositivo legal ou regulamentar, o que pode ser feito pelo Recorrente na via própria para tanto, a judicial.

Nesse sentido, José dos Santos Carvalho Filho (2014) ensina:

Quanto à função jurisdicional, o sistema constitucional pátrio vigente não deu margem a que pudesse ser exercida pelo Executivo. A função jurisdicional típica, assim considerada aquela por intermédio da qual conflitos de interesses são resolvidos com o cunho de definitividade (*res iudicata*), é praticamente monopolizada pelo Judiciário, e só em casos excepcionais, como visto, e expressamente mencionados na Constituição, é ela desempenhada pelo Legislativo.

Destarte, considerando-se que houve a análise do Recurso, não há respaldo legal para a restituição da taxa, o que desde já se indefere.

II.2. DO AUTO. NULIDADES. NÃO OCORRÊNCIA. LEGALIDADE. INDEFERIMENTO.

Sustentou a Recorrente a nulidade do auto por rasura no campo 6, infração 2, por desconsideração das atenuantes e por dúvida quanto ao valor da multa.

Vejamos.

Não procede a afirmação da Recorrente de rasura no campo 6 do AI, infração 2. Na verdade, é a forma da caligrafia da agente fiscal. Caso esteja se referindo ao valor inserido no campo 6, penalidades aplicadas, não se verifica nulidade, já que também foi explicitado o valor no campo “Valor”. Embora o fiscal tenha reforçado a escrita dos números, não inviabilizou a leitura e o entendimento, mormente por que também constou do campo acima.

As atenuantes não foram inseridas por não terem sido verificadas pelo fiscal as circunstâncias de sua aplicação. Todavia, podem ser acrescidas a qualquer momento, de ofício, desde que tenha ocorrido a circunstância pertinente. Desse modo, a ausência não gera vício insanável.

De igual modo, não há dúvida no valor da multa, já que a infração é gravíssima e o porte do empreendimento é médio. Conforme previsto no Anexo I, do Decreto nº 47.383/18 o valor da multa será de 11.250 Ufemgs, que correspondia a R\$40.423,50.

Assim, não há vício no auto de infração que enseje sua anulação.

II.3. DA DCP. PROTOCOLO. AUSÊNCIA. INFORMÁTICA. PROVA. NÃO RECEBIMENTO. MANUTENÇÃO.

Alegou que entregou a DCP de 2018 em 29/03/2018, conforme e-mail juntado.

Todavia, **não apresentou a Recorrente o protocolo** enviado pela FEAM quando do

recebimento da DCP. Embora tenha juntado cópia de e-mail com a DCP supostamente anexada, a FEAM não recebeu a referida declaração.

*Explica-se: cópia de e-mail, ainda que de fato tenha sido enviado, não constitui prova de apresentação da declaração de carga poluidora, já em muitos casos, as empresas enviavam o e-mail sem o anexo, ou com o anexo em formato inadequado, ou o mesmo não abria ou estava em branco ou ainda o anexo apresentava conteúdo diverso daquele da declaração (conforme modelo de planilha disponibilizada pelo Sisema). Este foi o caso de diversos empreendimentos, no período em os e-mails foram utilizados. Assim, **para comprovar o efetivo envio de DCP é preciso que o empreendedor apresente o protocolo correspondente para que possamos verificar em nossos registros, o que não foi feito na defesa.***

Inclusive foi atestado pelas áreas técnica e de informática que **não houve indisponibilidade do correio eletrônico**. Tanto é que inúmeros empreendimentos enviaram a DCP oportunamente.

Ademais, nos casos de infração ambiental, milita em favor do meio ambiente a presunção de culpa, cabendo ao autuado o ônus de provar que não praticou a infração, segundo entendimento da Advocacia-Geral do Estado exarado no Parecer 15.877/2017:

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. MEIO AMBIENTE. TRÍPLICE RESPONSABILIDADE. ART. 225, 3^o, DA CR/88. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL. NATUREZA SUBJETIVA. CULPABILIDADE. INTRANSCENDÊNCIA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. IUS PUNIENDI. DEVIDO PROCESSO SUBSTANCIAL. CULPA PRESUMIDA. PARECERES AGE NS. 15.465/2015 E 15.812/016. PARECER ASJUR/SEMAD 46/2017.

A natureza jurídica da responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, admitindo-se autoria direta e concorrência, na forma da legislação estadual, sendo a **culpa presumida, incumbindo ao acusado o ônus de provar o contrário.**

Considerando-se que a **Recorrente não apresentou o protocolo de entrega da DCP, não poderá ser acolhido o pedido de nulidade.**

Conclui-se, após a análise dos argumentos trazidos pela Recorrente, que deve ser mantida a penalidade cabível pela prática da infração capitulada no artigo 112, Código 112, do Decreto nº 47.383/2018.

III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados pela Recorrente quaisquer argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção da penalidade de multa**, com fundamento no artigo 112, Código 112, do Anexo I, do Decreto nº 47.383/2018.

É o parecer.

Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Analista Ambiental – MASP 1059325-9



Documento assinado eletronicamente por **Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda**, Servidora Pública, em 28/02/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **108605729** e o código CRC **08FCB912**.

Referência: Processo nº 2090.01.0000817/2022-31

SEI nº 108605729